

Pacheco de Oliveira, João (org.)
*A reconquista do território:
etnografias do protagonismo
indígena contemporâneo*. Rio de
Janeiro: E-papers, 2022. 438 p.

Marina de Barros Fonseca

Doutoranda em Antropologia Social no Museu Nacional/
UFRJ e Visiting Scholar at the Center for Experimental
Ethnography/University of Pennsylvania.
E-mail: marinafonseca.b@gmail.com
ORCID: orcid.org/0000-0001-5020-9898



Resumo

Na presente resenha analisamos o livro *A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo*, coletânea organizada por João Pacheco de Oliveira com artigos tratando da situação de diferentes terras indígenas no Brasil. Apresentamos as ideias gerais debatidas na obra e levantamos pontos de reflexão acerca do protagonismo indígena na produção etnográfica.

Palavras-chave:
Territorialização;
Etnologia indígena;
Retomadas de Terra;
Território.

Abstract

In this review, we analyze the book *A Reconquista do Território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo* (The Reconquest of Territory: Ethnographies of Contemporary Indigenous Agency), a collection organized by João Pacheco de Oliveira, featuring articles discussing the situation of various indigenous lands in Brazil. We present the general ideas discussed in the work and raise points of reflection regarding indigenous agency in ethnographic production.

Keywords:
Territorialization;
Indigenous
Ethnology; Landback;
Territory.

Resumen

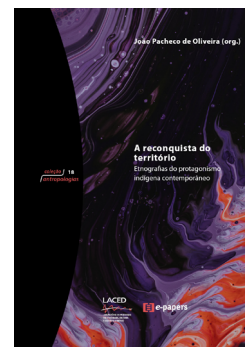
En esta reseña, analizamos el libro *A Reconquista do Território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo* (La Reconquista del Territorio: Etnografías del Protagonismo Indígena Contemporáneo), una recopilación organizada por João Pacheco de Oliveira con artículos que tratan sobre la situación de diferentes tierras indígenas en Brasil. Presentamos las ideas generales discutidas en la obra y planteamos puntos de reflexión sobre el protagonismo indígena en la producción etnográfica.”

Palabras clave:
Territorialización;
Etnología Indígena;
Recuperación de
Tierras; Territorio.

No livro *A Reconquista do Território*, João Pacheco de Oliveira nos apresenta uma coletânea de textos e pesquisas sobre processos de construção e reconstituição de territórios indígenas e práticas políticas adjacentes. O livro faz parte do projeto “Efeitos Sociais das Políticas Públicas sobre os Povos Indígenas – Brasil, 2003-2018: Desenvolvimento, Participação Social, Desconstrução de Direitos e Violência”, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional. Os treze capítulos que compõem o livro trazem um panorama sobre terras indígenas de diferentes regiões do país e etnias.

A obra, que integra a coleção “Antropologias” da editora E-papers, compreende uma versão ampliada e revisada de um dossiê publicado na VIBRANT – *Virtual Brazilian Anthropology*, periódico da Associação Brasileira de Antropologia, em agosto de 2018. Com a adição de quatro textos, o livro foi lançado em 2022, apresentando estudos de pesquisadores com longa trajetória de atuação junto às comunidades indígenas retratadas. A reunião desses artigos não visa estabelecer uma análise abrangente sobre os processos de demarcação de terras indígenas nas últimas décadas, mas sim apresentar situações etnográficas específicas.

Em um momento histórico e político em que os ataques aos povos indígenas se intensificaram, o livro apresenta análises atuais e profundamente embasadas, além de ser politicamente engajado. A coletânea nos apresenta textos com diferentes formas e estilos, de discussões mais históricas à contemporâneas, mas a discussão sobre os sentidos de território serve como fio condutor que os conecta. Apesar da estrutura do livro consistir apenas em capítulos, é perceptível um traçado cartográfico no encadeamento dos textos, que nos leva a uma jornada por diferentes regiões do país. Embora o título da obra destaque o protagonismo indígena contemporâneo como tema, cabe notar que, mesmo com a ampliação do leque de autores incluídos na versão da obra publicada como livro, fica aparente a ausência de textos de autoria indígena na coletânea. Diversos autores que constam na obra tiveram relação direta de orientação de trabalhos realizados por pesquisadores indígenas, que tratam especialmente sobre o protagonismo político de seus povos, e também pelo próprio Museu Nacional, ao qual se filia o laboratório responsável pelo desenvolvimento da obra, por onde passaram importantes pesquisadores indígenas, como Luiz Eloy Amado Terena e Tonico Benites.



Pacheco de Oliveira, João (org.) *A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2022. 438 p.

Resgato aqui o conceito de territorialização, desenvolvido por João Pacheco de Oliveira inicialmente em 1988 e revisado várias vezes desde então, o qual é frequentemente utilizado em vários capítulos do livro:

Territorialização remete a amplos processos de reorganização social que, fundados no estabelecimento de uma conexão entre sujeitos sociais e um espaço específico, implicam: 1) na criação de uma nova unidade social e no surgimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) na constituição de normas e instrumentos políticos especializados; 3) na redefinição do controle social sobre terra, recursos ambientais e trabalho; 4) na reelaboração da cultura e de sua relação com o passado (Pacheco de Oliveira, 2022: 17).

No capítulo de abertura da obra, Pacheco de Oliveira apresenta um breve panorama da territorialização como campo de estudos e dos momentos-chave na prática e política estatal ao lidar com povos indígenas e seus territórios. A análise se estende até as retomadas, uma prática política baseada na vontade política dos indígenas que dela participam e cujo “documento básico do qual dispõem é sua condição de indígena” (2022: 21). Pacheco de Oliveira estabelece que “a hipótese que desenvolvemos nesta coletânea é que a luta de um povo ou comunidade indígena pela obtenção e reconhecimento de um território que concebe como seu, se constitui no ponto chave para a apreensão do sentido das transformações em que está envolvido” (2022: 20).

Além das análises históricas, muitos artigos também discutem as retomadas de terra.

São as retomadas, ações em que famílias indígenas reocupam áreas onde podem realizar sua vida comunitária, estabelecendo suas moradias, plantando roçados e praticando sua vida ritual e religiosa. A decisão, operacionalização e os riscos envolvidos nessas iniciativas são exclusivamente dos indígenas (Pacheco de Oliveira, 2022: 27).

As análises sobre os processos de retomada de terra no livro seguem diferentes abordagens, algumas mais focadas na dimensão cosmológica/metafísica, e outras nas condições materiais e rearranjos de relações sociais e espaciais.

Iniciamos o percurso da obra com discussões etnográficas situadas na região Sul do país. Fernandes e De Góes ampliam os debates sobre a importância dos territórios étnicos no Sul do Brasil e a perspectiva dos Kaingang sobre processos de territorialização. O artigo, seguindo a linha geral do livro, não visa trazer definições fechadas sobre a

temática, entendendo que o tema está em constante construção. Os autores analisam os processos de territorialização dos Kaingang seguindo o roteiro: Conquista – Colonização – Confinamento – Retomadas.

Num amplo trabalho com documentos, os autores resgatam decretos, cartas, mapas e desenhos para compreender o processo de ocupação territorial e de resistência dos Kaingang aos avanços coloniais. Destaco aqui a utilização do texto da Carta Régia de novembro de 1808, que “suspendia os efeitos de humanidade” dos Kaingang e dava a ordem de “considerar principiada a guerra contra estes bárbaros índios”, o que define claramente como foram os processos de conquista e colonização na região Sul.

No segundo capítulo, rumamos para a região Centro-Oeste com Da Silva e Mura, que se propõem a compreender as dinâmicas territoriais decorrentes da articulação de dois tipos de “dominialização” que afetam a realidade dos Kaiowa no Mato Grosso do Sul: a territorialização como um processo guiado pelo poder estatal e aquela promovida pelos indígenas, baseados em suas ecologias. A noção de dominialização é compreendida aqui como os processos direcionados à construção de áreas dominiais num determinado contexto socioecológico-territorial (2022: 81). Baseando-se na cosmovisão e nas categorias de compreensão da realidade dos Kaiowa, os autores analisam dinâmicas territoriais e ecológicas da região, compreendendo que seus territórios e territorialidades não podem ser considerados meros reflexos da morfologia social de seus grupos.

No capítulo seguinte, permanecemos na região Centro-Oeste com a análise de Andrey Cordeiro Ferreira sobre autonomia e território com povos indígenas do Chaco-Pantanal. O autor nos propõe uma análise na qual os territórios possuem múltiplas camadas históricas, e o processo de colonização não pode ser reduzido a aculturação e apagamento. Nessa linha de raciocínio, ele concebe territorialização como uma relação dialética territorial de territorialização/desterritorialização. O território é visto como uma entidade política construída e reivindicada a partir de uma prática que o torna a base material da existência de uma comunidade.

Ferreira propõe analisar os territórios em função de seus tipos de autonomia e como esses projetos reimaginam os processos de territorialização, podendo assim ser um ponto de partida para uma etnologia indígena descolonial. Introduzindo a categoria “Terena Exiwa”,

que indica um território historicamente ocupado e um espaço mítico (2022: 130), o autor nos apresenta um caminho para a reconstrução de mapas etno-históricos da região Chaco/Pantanal como um processo de descolonização das narrativas historiográficas e cartográficas.

Na sequência, o livro se volta para análises de povos indígenas localizados na região Nordeste do país, com reflexões de Daniela Alarcon sobre os Tupinambá no Sul da Bahia; de Henyo Barreto Filho sobre os Tapeba no Ceará; e com a discussão de Estevão Pallitot sobre os Potyguara, Tabajara, Kariri, Calabaça e Tupinambá em Crateús, Sertão do Ceará.

Alarcon nos apresenta extratos de suas pesquisas de doutorado e mestrado sobre os processos de retomada de terras junto aos Tupinambá da Serra do Padeiro no Sul da Bahia, tratando sobre o retorno a terra e o retorno dos parentes, sendo essa terra uma condição imperativa para se viver bem (2022: 157). Analisando as dinâmicas sociais intrínsecas aos processos de mobilização política, a autora retrata a heterogeneidade de perspectivas dentro das aldeias, o que leva a uma nova definição de parente como aquele com quem se luta junto.

Seguindo no Nordeste, Henyo Trindade Barreto Filho nos apresenta um panorama de seu longo histórico de pesquisa e trabalho junto aos Tapeba da Região Metropolitana de Fortaleza. A relação se inicia em 1980, em sua pesquisa de mestrado, e se estende até o processo de reconhecimento da terra indígena pelo Ministério da Justiça em 2017. Barreto Filho apresenta uma análise da expressão dos diferentes regimes de visibilidade dos Tapeba ao longo do tempo nos documentos e estudos históricos. Seu intento de “etnografar o processo de constituição do território étnico dos Tapeba em Caucaia” (2022: 185) obtém sucesso com o estabelecimento de uma linha do tempo que se nutre de documentações oficiais. Seguindo uma das premissas que orienta a obra, de apresentar visões contemporâneas de processos de reconquista territorial, nos é apresentada uma dupla significação das retomadas de terra perpetradas pelos Tapeba: um movimento antropogeográfico e um movimento político autônomo.

Finalizando no Nordeste, Pallitot discute os processos de territorialização de diferentes etnias em aldeias urbanas nas periferias da cidade de Crateús, Ceará. O autor reforça o diálogo de sua pesquisa com o de outros pesquisadores presentes na publicação e a dinamicidade das experiências do movimento indígena na região. Diferentes braços

da Igreja Católica exerceram um papel central nas mediações de relações na região, seja em âmbito social ou de disputas territoriais. A reconstrução de uma dimensão da memória, com o resgate de narrativas acerca da histórica participação indígena na região e da performance da diferença indígena, são centrais, na análise do autor, para a organização indígena em Crateús. O autor apresenta uma discussão sobre as diferentes dimensões da adoção do toré junto às espiritualidades locais; o ritual assume papéis de dinâmica cultural específica dos indígenas do Nordeste, um ritual político e uma prática de comunicação da alteridade.

Na última parte da obra, voltamos nossos olhos para a Região Norte. Paulo Santilli e Nádia Farage nos apresentam uma avaliação dos processos de demarcação de terras na região de campos e serras do Nordeste de Roraima, abrangendo inclusive o caso da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, que se tornou um marco na discussão jurídico-administrativa sobre demarcação de terras indígenas no Brasil. Os autores apresentam um breve histórico do processo de ocupação territorial naquela região após a chegada dos europeus e das tentativas da FUNAI de desmembrar a Terra Indígena de forma a atender aos interesses de garimpeiros e fazendeiros. O artigo chama a atenção para os debates acerca do marco temporal e das “demarcações em ilha” em prol de um projeto de colonização agromineradora da Amazônia (2022: 264), temática que, infelizmente, continua em voga nos debates públicos.

Seguimos com o texto de José Pimenta tratando da agência indígena na Amazônia Ocidental e de seus processos de territorialização, tendo como estudo de caso a situação dos Ashaninka do rio Amônia. Apresentando um breve panorama sobre os ciclos de exploração que acometeram a região, chegando à década de 1980 com a intensa exploração de madeira na região, que levou a relações forçadas com brancos, causando fortes impactos em suas práticas culturais. Pimenta nos mostra como, em menos de uma década, os Ashaninka passaram por um processo de ampla reorganização social e política para atuação na defesa de seus territórios, estabelecendo alianças com diferentes atores indigenistas que poderiam auxiliar na longa caminhada em busca da demarcação de seu território.

Seguindo para o baixo Rio Tapajós, Edvigis Ioris traça sua análise acerca de regimes de memória a partir da revogação de portaria declaratória da Terra Indígena Maró pelo juiz Airton Portela, na qual

afirmava a inexistência na região de “populações indígenas distintas do restante da sociedade amazônica e brasileira” (2022: 302). Tal situação insere-se em um panorama mais amplo de processos de reafirmação étnica de indígenas da região que ocorre em reação ao apagamento historiográfico de diversas etnias, como demonstrado pela autora que reafirma a necessidade de rompimento com esse paradigma. Ampliando sua análise sobre regimes de memórias nas reelaborações étnicas e culturais como forma de enfrentamento à ideia de que os indígenas da “região estivessem dissolvidos na colonização” (2022: 328), a autora traz a situação dos Munduruku e abre um diálogo com o próximo capítulo.

Rosamaria Loures, em seu capítulo, analisa as formas de organização do movimento Munduruku Ipereg Ayu em defesa da Mundurukânia, compreendendo desde seu surgimento e relação com a retomada de elementos cosmológicos dos Munduruku até suas formas de atuação política diante da expansão econômica e colonial da Amazônia brasileira. O Estado brasileiro foi taxativo nas últimas décadas no que diz respeito à implementação de empreendimentos hidrelétricos na região amazônica, apesar dos fortes impactos no território Munduruku, como exemplo a destruição de Karobixexe (aldeia dos espíritos) em 2013. A autora segue dissertando sobre as estratégias utilizadas para manter e proteger o território tradicionalmente ocupado; somado a essas ações, inicia-se a autodemarcação da Terra Indígena Sawre Muybu. No texto, percebemos como as expedições dentro do território para autodemarcação e proteção de suas fronteiras levam os Munduruku a uma jornada de reencontro com seu território sagrado e ancestral, concomitantemente ao fortalecimento político interno para enfrentamento dos invasores. Nesse sentido, a resistência Munduruku, em boa medida, vai de encontro aos projetos de nação que as classes dominantes constroem para o país (2022: 366).

Conduzindo nosso olhar para o Rio Negro, Sidnei Clemente Peres dispõe-se a compreender a constituição de redes de interdependência entre indivíduos e grupos no Médio Rio Negro a partir do sistema de aviamento. Focando suas análises nas categorias de “comunidade” e “associação”, o autor busca as relações entre a fronteira amazônica, a mobilização de forças de trabalho nos seringais e a reprodução social dos grupos domésticos.

Encerrando o livro, temos mais um artigo do organizador, João Pacheco de Oliveira, que retoma sua pesquisa junto aos Ticuna, na ten-

tativa de compreender as interconexões entre o processo de reconhecimento de direitos coletivos e uma cosmopolítica indígena. A resistência Ticuna frente ao avanço de uma política de ideologia racista acabou se voltando para movimentos messiânicos, sendo os indígenas submetidos a práticas trabalhistas semelhantes a um regime de escravidão pelos “patrões” da produção de seringa. Entre as décadas de 1930 e 1950 ocorreram ao menos 4 movimentos messiânicos entre os Ticuna; o autor, porém, foca sua análise em um movimento ocorrido em 1971 com a passagem de um pregador conhecido como Irmão José. Nesse processo, a Igreja Católica perde influência dentro da sociedade Ticuna, a organização física das aldeias se altera para possuir maior proximidade das “igrejas de Santa Cruz”, assim como as relações estabelecidas com os patrões, que facilmente se adaptaram à nova estrutura hierárquica.

Após traçar um histórico de mobilizações políticas dos Ticuna acerca de questões territoriais, Pacheco de Oliveira traz a noção de uma dupla face da demarcação dos Ticuna: a luta por direitos e o protagonismo cultural. Destaco aqui a afirmação do autor sobre o território ser uma construção social e política e não uma simples restauração de uma condição pretérita (2022: 429).

As pesquisas apresentadas na obra partem de análises das coletividades indígenas, sua potência e capacidade de mobilização, mas também seus conflitos e desavenças internas, como ocorre em qualquer coletividade humana. São diversas as relações com organizações eclesiais, governamentais e políticas que tentam exercer influência dentro do território e sobre sua configuração espacial, e aqui nos foram apresentadas estratégias que vêm sendo utilizadas para lidar com interesses externos de forma a priorizar o bem-viver das comunidades indígenas.

O livro reúne especialistas que ajudam a desenvolver o campo de análise de uma antropologia focada nos processos de construção de territórios e que atua em conjunto aos povos indígenas. “Um território indígena não é constituído por um documento oficial, o processo depende de condições institucionais favoráveis, a construção de um novo sujeito político e o enraizamento de um projeto de futuro” (2022: 436). A coletânea apresenta-se como uma espécie de mapa para compreensão do caminho que vem sendo trilhado pelos estudos sobre processos de territorialização nos últimos anos. Apesar de não se propor a ser uma enciclopédia exaustiva sobre estudos territoriais, o livro nos per-

mite perceber certas lacunas existentes do campo de análise com pouca representatividade de algumas etnias que vêm passando por intenso processo de disputa territorial.

Os autores presentes na coletânea seguem um caminho conhecido pela antropologia latino-americana, trazendo o colonialismo para o centro da discussão e, para além disso, práticas de colonialismo interno que são perpetradas contra povos indígenas em diversas regiões (Gozales Casanova, 2007). A dimensão analisada aqui para pensar o processo de incorporação dos povos indígenas dentro do Estado-nação é a territorial (Pacheco de Oliveira, 2022). A obra traz exemplos de uma antropologia politicamente engajada, atenta às reverberações político-administrativas que podem ecoar de seus escritos em momentos de instabilidades de direitos como o atual

Ao reunir 14 autores com amplo conhecimento sobre dinâmicas territoriais e vastas pesquisas junto aos povos aqui retratados, o livro nos apresenta análises históricas e atuais sobre o protagonismo das organizações indígenas nas construções de territórios e abre caminho para a ampliação do campo de estudos sobre retomadas.

Referências

Fighting for Indigenous Lands in Modern Brazil The reframing of cultures and identities. 2018. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology* v. 15, n. 2, May – August 2018. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-15-n-2-05-082018/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

Gonzales Casanova, Pablo. 2007. *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO.

Pacheco de Oliveira, João (org.). 2002. *A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers. Disponível em: http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_produto=3421. Acesso em: 13 dez. 2023.